


O Dever não está morto

Duty is not dead

 10.21680/1983-2109.2024v31n64ID35097

Cinara Nahra

(UFRN)

cinaranahra@hotmail.com

Resumo: O objetivo deste ensaio é mostrar que, apesar de um possível descompasso entre a visão de moralidade das “pessoas comuns” na sociedade ocidental do século XXI e a concepção kantiana do dever, a idéia de Dever Kantiana continua viva e o respeito aos quatro deveres clássicos Kantianos, enunciados na Fundamentação da Metafísica dos Costumes, uma vez revistos e atualizados, são imprescindíveis para o bom funcionamento da sociedade contemporânea, para a continuidade da civilização humana e mesmo para evitar a destruição da espécie humana e do nosso planeta.

Palavras-chave: *Dever; deveres kantianos; moralidade; Imperativo Categórico.*

Abstract: The aim of this essay is to show that, despite a possible mismatch between the view of morality of the "common people" in

Western society in the twenty-first century, and the Kantian conception of duty, the Kantian idea of Duty is still alive and the respect for the four classical Kantian duties, enunciated in the Groundwork of the Metaphysics of Morals, once revised and updated, is essential for the proper functioning of contemporary society, for the continuity of human civilization and even to avoid the destruction of the human species and our planet.

Keywords: *Duty; Kantian duties; morality; Categorical Imperativ.*

O conceito do dever em Kant não é empírico, não é derivado da experiência e sim da razão pura prática, como todos nós sabemos, mas ele deve poder ser aplicável a experiência, e esta aplicabilidade pode ser constatada em Kant quando ele anuncia, já na primeira seção da Fundamentação da Metafísica dos Costumes (transição do conhecimento moral da razão vulgar para o conhecimento filosófico), que todo homem tem conhecimento do que deve ou não ser feito porque, mesmo sem o conhecimento filosófico do Imperativo Categórico, todo homem já aplica o Imperativo Categórico, sabendo distinguir o certo do errado. O estudo mais aprofundado que Kant fará na sua obra, serve, segundo ele, em afirmação na primeira seção da Fundamentação, para fortalecer em nosso espírito a capacidade de seguir o Imperativo Categórico, e não cair na tentação de não o seguir. Assim é que sabemos todos, por exemplo, que prometer aquilo que nunca tivemos a intenção de cumprir, é errado, que não devemos tirar a nossa própria vida por amor próprio, que devemos desenvolver nossos talentos, e devemos ajudar os outros.

Para além dos questionamentos sobre os deveres que Kant nos apresenta me parece que a idéia mais fundamental apresentada por Kant ali na primeira seção da Fundamentação é a de que os nossos interesses pessoais não estão acima de

tudo, ou seja, acima dos nossos interesses pessoais e sensíveis está e sempre estará a moralidade. A bússola do Imperativo Categórico nos indica o caminho do dever, e este pode (e irá), muitas vezes, colidir com os nossos interesses pessoais e sensíveis. Acima do nosso querido eu deve estar o dever nos mostrando que o que deve ser feito é sempre aquilo que pode ser universalizado, por um motivo que se liga diretamente ao uso da razão pura no campo prático: se queremos algo para todos, e somos parte deste “todos”, então devemos querer este algo para nós também, já que, logicamente, seria irracional querer algo para “todos” e não querer para nós, já que nós somos parte deste “todos”. Para Kant todos nós temos a consciência do dever (se não tivéssemos esta consciência do dever nossa vontade não seria humana, seria diabólica, o que para Kant é impossível, por razões que não discutirei aqui) e se não seguimos o dever é apenas e simplesmente porque, dada a nossa constituição, também sensível, somos tentados sempre a querer abrir uma exceção para nós na universalidade da lei. Sabemos então, por exemplo, que prometer em falso é errado, mas por que prometemos em falso? Porque dada nossa constituição sensível queremos muitas vezes fazer o que sabemos que não devemos fazer, no caso, abrir a exceção para nós, na universalidade da lei prometendo em falso. Mas o reconhecimento do dever de não prometer em falso está sempre ali. Para Kant não tentamos abrir a exceção a nosso favor por não reconhecer o dever, abrimos porque, em função da sensibilidade, achamos que estamos autorizados a fazer aquilo que ninguém mais está, porque concedemos ao nosso “eu” a primazia de aceitar motivos e motivações que só concedemos a nós e no máximo a pessoas próximas a nós, mas que negamos a todos os outros. O problema então, não é que não reconhecemos e não aceitamos o dever, porque todos o reconhecem, o problema é que a grande maioria de nós abre (ou tenta abrir) exceções a nosso próprio favor na regra que

sabemos universal, e assim multiplica-se e generaliza-se o descumprimento do dever.

A questão aqui é que com isso fica claro que, para Kant, todos nós temos o senso do dever. Não precisamos, a princípio, de filosofia para isto, nos basta ter o senso comum. O senso do dever é esta capacidade de reconhecer o certo e o errado, para além daquilo que o amor próprio nos diz que é bom para nós, para nós próprios ou para aqueles que fazem parte de nosso grupo ou família, apontando sempre para o universal. E esta coincidência entre o senso comum e a ideia do dever, com todo ser humano sabendo já distinguir o certo do errado nos seus julgamentos morais diários, se mostra na prática, quando as pessoas reconhecem o dever e o aplicam em seus julgamentos morais. Não precisamos mostrar que existe este reconhecimento e este uso por parte dos seres humanos para provar ou justificar o dever (porque a justificação do dever é racional e não empírica) mas precisamos mostrar que existe este reconhecimento para evidenciar que o dever é aplicável, ele não é uma mera “quimera” e ele não é apenas “possível”, ele se efetiva no mundo, ainda que não possamos provar de nenhuma ação no mundo que ela foi efetivamente realizada “por dever” e não está apenas em mera conformidade ao dever¹. Mas o que importa aqui é a constatação kantiana de que temos consciência do dever, e assim, reconhecemos o Imperativo Categórico e o aplicamos ao fazer julgamentos sobre o que deve e o que não deve ser feito, ainda que não necessariamente façamos o que moralmente sabemos que deve ser feito.

¹ Kant, I Fundamentação da Metafísica dos Costumes, Trad de Paulo Quintela (São Paulo: Abril Cultural, Os Pensadores, 1984) Nos diz Kant (p.118): “Na realidade é absolutamente impossível encontrar na experiencia, com perfeita certeza, um único caso em que a máxima de uma ação, de resto conforme ao dever, se tenha baseado puramente em motivos morais e na representação do dever.

Aqui temos um ponto crucial: essa conexão do senso comum com o dever é de extrema importância na filosofia kantiana, não para mostrar que o dever e o Imperativo Categórico podem existir (porque a prova sobre a possibilidade do IC não é empírica, é racional e dada pela razão pura) nem para dizer que existem (porque não podemos provar a existência do dever, sendo impossível determinar de qualquer ação que ela efetivamente foi realizada por dever) mas para mostrar que a) temos consciência do dever e b) aplicamos a ideia do dever quando fazemos nossos julgamentos morais, quando distinguimos o certo e o errado. Com isso a própria ideia do dever se torna mais plausível, temos razões para afastar a suspeita de que ela não seja uma quimera, porque se temos consciência de algo, e este algo é aplicável, ele tem algum tipo de efetividade no mundo. Assim é que o senso comum, ou seja, as pessoas em geral, que já tem desde sempre a noção do dever, sabem fazer julgamentos morais, sabem o que deve e o que não deve ser feito, sabem distinguir o certo do errado, sabem dizer, e dizem: “isto é errado”.

Mas é exatamente aqui que surge, me parece, a grande dúvida sobre a aplicabilidade atual da ideia kantiana do dever. Essa capacidade que todo homem tem, que mesmo a mais “comum” das pessoas tem, de reconhecer o dever, de reconhecer o que é certo e o que é errado, e que Kant tomou como modelo a partir dos homens prussianos no século XVIII, ainda se mantém viva hoje, no século XXI? A minha pergunta aqui, por ora, não é sobre se as pessoas reconhecem hoje os mesmos deveres que Kant mencionou, como, por exemplo, os quatro deveres elencados explicitamente por ele na FMC a saber: não prometer em falso, não tirar a nossa própria vida por amor a si próprio, desenvolver nossos talentos e ajudar aos outros. A pergunta aqui é de outra ordem, é sobre se as pessoas ainda reconhecem a ideia mesmo de “Dever”, a ideia de que há coisas que moralmente “devemos” ou “não devemos”

fazer por razões que estejam além de um mero cálculo de interesses pessoais ou de grupo. Creio que esta é a pergunta mais primordial de todas no que se refere a moralidade na sociedade contemporânea. Temos ainda no mundo contemporâneo a noção de dever, ou tudo virou um jogo de interesses e conveniências, aonde a moralidade não passa de um conceito vazio, pronto para ser usado como moeda de troca na primeira oportunidade?

Se a resposta a esta questão for a de que contemporaneamente não existe mais o senso do dever, e os julgamentos sobre o que é certo e o que é errado são baseados apenas em interesses pessoais ou de grupos, quais seriam as consequências disto para a) o sistema kantiano e b) para o mundo contemporâneo? Para o sistema kantiano a consequência mais imediata seria o descrédito de uma pressuposição exposta por Kant na primeira seção da Fundamentação a saber, de que existiria uma concordância da “razão vulgar” com a ideia de uma boa vontade (agir pelo dever). Esta concordância não é uma condição necessária para que se estabeleça que a boa vontade (agir pelo dever) não é uma quimera (já que a prova da possibilidade de que exista uma boa vontade é dada pela razão pura, e não empiricamente, bem como a fonte do dever é a razão pura prática e não a empiria) mas ela é importante para que se estabeleça que a ideia de dever tem uma aplicabilidade na prática, ou seja, que o dever efetivamente existe e se aplica no mundo, já que o reconhecemos e o usamos em nossos julgamentos (ainda que, como já ressaltai, não possamos provar empiricamente a existência do dever pois nunca sabemos, de qualquer ação no mundo que ela foi efetivamente realizada por dever).

Já para o mundo contemporâneo penso que as consequências da inexistência do senso do dever são mais dramáticas. Uma sociedade na qual inexistente a noção de dever

é uma sociedade fadada a destruição. Quando se destrói a ideia de dever a primeira coisa que também é destruída é a noção de direitos, pois não se pode garantir direitos sem que exista quem tenha o dever de garanti-los, seja este garantidor uma pessoa, um grupo de pessoas ou uma Instituição. Mas mesmo que fosse possível a garantia de direitos em uma sociedade aonde não há mais deveres a própria inexistência de deveres, ou mesmo e mais fundamentalmente, a inexistência da noção de dever e da capacidade de que se faça julgamentos sobre o certo e o errado que estejam para além de interesses pessoais ou de grupos, apontando para o universal, provocaria nesta sociedade um nível profundo de corrosão moral que poderia levar ao colapso civilizacional e mesmo a destruição da espécie.

Aqui vale a pena voltar aos famosos quatro exemplos de deveres dados por Kant na Fundamentação da Metafísica dos Costumes, olhando para eles sob uma nova perspectiva. O mais evidente destes exemplos quando se pensa sob a ótica contemporânea, é o exemplo de que não devemos prometer em falso, ou seja, não devemos prometer sem a intenção de cumprir. Se todos assim o fizessem a própria ideia de promessa se destruiria pois já não mais haveria sentido em declarar uma intenção em relação a um ato futuro quando não temos a intenção de realiza-lo, e se todos assim o fizessem todos saberiam que ninguém cumpriria o prometido² e acabar-se-ia assim o ato de prometer, que só faz sentido na expectativa de seu cumprimento. Algo semelhante ocorre em relação a mentiras. Dizer a verdade³ é dizer daquilo que é, que é, e daquilo que não é, que não é, e dizer o falso é dizer daquilo que é, que não é, e daquilo que não é, que é. É assim ,

³ Aristóteles *Metaphysique*, Livro Gama, 1011 B 25 (Paris: Vrin, 1986)
Trad. J. Tricot

respeitando a prioridade ontológica e epistemológica do verdadeiro sobre o falso, ou seja, que o primeiro deve ser transmitido e o segundo suprimido, que historicamente nós humanos passamos, de indivíduo para indivíduo, de geração para geração, o conhecimento sobre o mundo e sobre as coisas do mundo, o que permitiu a sobrevivência de nossa espécie, e o desenvolvimento de nossa civilização. Um mundo aonde deliberadamente todos afirmassem o falso seria um mundo no qual nenhum conhecimento seria transmitido, freando o processo civilizatório que é baseado, justamente, na transmissão e ampliação do conhecimento humano. Se todos passassem a transmitir e propagar o falso haveria um abrupto processo de deseducação da sociedade, e o conhecimento acumulado da humanidade estancaria, podendo até envolver, colapsando nossa civilização. Assim é que o que acontece hoje em nossa sociedade, com a disseminação de fake news, é uma ameaça a nossa civilização, já que a universalização das fake news (todos dizendo o falso, ou seja, todos dizendo do que é que não é, e do que não é que é) destruiria a civilização humana.

Já o exemplo do dever de solidariedade (o dever que temos de ajudar aos outros) que é, em geral, muito mal compreendido na recepção contemporânea de Kant, é na realidade, extremamente atual. O que Kant pretende salientar com este exemplo é simplesmente que ser solidário e ajudar aos outros não pode ser uma mera questão de interesse, no sentido de que se pudermos de algum modo ganhar alguma coisa ajudando as pessoas (mesmo que seja a mera satisfação pessoal) aí ajudaríamos, mas se não ganhamos nada, se nenhum proveito pessoal ou de grupo tirarmos desta ajuda, aí não ajudaríamos mais. O que Kant diz é que não pode ser assim, que temos o dever moral de solidariedade, o dever de ajudar aos outros (ainda que obviamente não necessariamente a todos e não necessariamente da mesma forma para pessoas e grupos distintos).

Ser solidário, então, é uma obrigação de todos nós. Quando olhamos para a nossa sociedade contemporânea, minada pelo individualismo e pelo egoísmo e corrompida pela visão de que devemos nos importar apenas conosco, ou no máximo, com as pessoas que fazem parte do nosso grupo (seja o que for que constitua este grupo), a atualidade desta obrigação kantiana, de que temos o dever de solidariedade com os outros e as outras, fica clara. Kant deixa claro na Fundamentação que é até possível (no sentido de que não é contraditório) que uma sociedade na qual não se ajuda os outros possa se manter, mas “não é possível querer isto”. O caráter desta impossibilidade parece estar relacionado ao fato de que uma pessoa que realmente queira isso para todos, sendo ela parte do todo, deveria então querer o mesmo também para si própria, ou seja, não poderia querer ser ajudada quando ela precisasse. Creio que aqui Kant nos convida para uma reflexão: é possível que existam pessoas que assim pensem (teoricamente), mas será que efetivamente, em tal situação, tais pessoas, de fato, não hão de querer ser ajudadas? Se elas querem ajuda, mas não querem ajudar, isso evidencia uma contradição no seio de suas próprias vontades. Agora, se elas efetivamente não querem ajudar, mas não querem também ser ajudadas, elas ainda estariam sendo coerentes, mas creio que Kant questiona se, de fato, tais seres humanos realmente existem, e se de fato existem, que tipo de sociedade estaríamos construindo se todos assim procedessem. Sem dar a resposta, creio que temos aqui uma reflexão altamente procedente na análise da nossa sociedade contemporânea, não apenas do ponto de vista ético, mas também do ponto de vista político, aonde um arremedo do liberalismo, o neoliberalismo (que muito pouco tem do liberalismo clássico) usurpa do nome liberalismo para flertar com o fascismo, e propõem um modelo de sociedade aonde se expurga totalmente a solidariedade, exalta-se o individualismo, o egoísmo e tenta-se destruir toda a

infraestrutura social destinada ao cuidado com os mais vulneráveis, transformando o mundo em um enorme palco do “cada um por si e ninguém por ninguém” na qual o sentimento mais proeminente não é nem a indiferença, mas sim o ódio.

O exemplo do desenvolvimento dos talentos é também mal compreendido (talvez por conta da infeliz observação de Kant sobre o comportamento dos habitantes dos mares do sul), mas o fato é que, quando descontamos as observações anacrônicas de Kant (que muitas vezes estão fundadas nos preconceitos de seu tempo, coisas das quais, infelizmente, mesmo filósofos com a sua grandiosidade não conseguem se desprender) o que se observa é que ele estava certo, e o desenvolvimento de nossas habilidades e potencialidades se torna um dever quando pensamos do ponto de vista civilizatório. Kant já deixava claro na *Metafísica dos Costumes* que a procura da nossa própria perfeição, o nosso aperfeiçoamento, é um fim que é ao mesmo tempo um dever⁴ e também explicita que a perfeição a que ele se refere é um efeito de um ato humano, e não aquela que é um dom que devemos à natureza, até porque, se assim não fosse, ela não seria um dever⁵. É assim que o aperfeiçoamento, entendido como a capacidade de passarmos da animalidade à humanidade, de deixarmos de ser ignorantes através da instrução, de corrigirmos nossos erros, é não só uma finalidade, mas também um dever. Aqui, no exemplo do desenvolvimento de nossos talentos, novamente (em analogia

³ Kant *,I Metaphysique des Meurs – Doctrine de La Vertu* , Trad A. Philonenko (Paris: Vrin, 1968) p. 55. Kant pergunta: quais são os fins que são ao mesmo tempo deveres e diz: estes fins são a minha perfeição pessoal e a felicidade dos outros. Ele salienta que não podemos inverter a relação destes termos e fazer da felicidade pessoal e da perfeição dos outros os fins que seriam em si mesmo deveres. Observe-se que estes dois fins que são ao mesmo tempo deveres relacionam-se o primeiro (a minha perfeição pessoal) ao dever de desenvolver nossos talentos e o segundo (a felicidade dos outros) ao dever de ajudar aos outros.

⁴ *ibid* p.57

ao exemplo da solidariedade) não podemos querer uma sociedade na qual não os desenvolvemos, ou seja, uma sociedade na qual não nos aperfeiçoamos, na qual não emerge a cultura, inclusive a cultura da moralidade em nós⁶. E aqui a explicação de por que não podemos querer uma sociedade na qual não desenvolvemos nossas capacidades, não exercemos nossa criatividade, não desenvolvemos a técnica, a arte, a cultura e a moralidade pode aparecer como um enigma: há no exercício prático de nossa razão pura um compromisso com o aprimoramento de nossa espécie, com o aprimoramento da humanidade em nós, e este não se concretiza senão através de um processo civilizatório que exige esforço, trabalho, investimento de energias, produção de conhecimento e, especialmente, moralidade, e renegar tudo isto é, de certa forma, renegar a nossa humanidade, e nós humanos sabemos e reconhecemos isto, e por isto não podemos querer uma sociedade na qual não desenvolvemos nossos talentos e não nos aperfeiçoamos.

Por último analisarei aqui o dever descrito por Kant de não cometer suicídio por amor próprio. A primeira coisa a ser dita é que a qualificação “por amor próprio” é extremamente relevante no argumento de Kant na Fundamentação, já que lá na casuística da *Metafísica dos Costumes* quando Kant discute nos deveres perfeitos para conosco a questão do suicídio, ele vai arrolar 4 exemplos de suicídios por razões altruísticas, e vai deixar em aberto (na forma de pergunta) o veredito sobre a admissibilidade deste tipo de suicídio⁷. Mas lá na Fundamentação o argumento kantiano é claro: o sentimento do amor próprio tem como objetivo a conservação da vida, como então o princípio do amor próprio, que tem como

⁵ Quando Kant fala da cultura da moralidade em nós na *Metafísica dos Costumes* (p.64) ele afirma que a grande perfeição moral do homem consiste em fazer seu dever e fazê-lo por dever.

⁶ *Ibid.*, p.97

objetivo conservar a vida, poderia levar ao contrário desta, ou seja, à destruição da vida no caso do suicídio “por amor próprio”, para, por exemplo, abreviar nossas desgraças? Estaríamos neste caso, segundo Kant, diante de uma contradição, já que o princípio de abreviar a vida por amor próprio, uma vez universalizado, levaria a destruição da vida; vida esta que o sentimento do amor próprio tem por objetivo preservar. A contradição evidenciaria que cometer suicídio por amor próprio viola o dever, e assim sendo é imoral.

Podemos fazer várias críticas a este argumento de Kant. Poderíamos, por exemplo, dizer que é um argumento conservador e que coloca Kant no campo daqueles que condenariam a eutanásia voluntária, e de fato, apesar de algumas respeitáveis tentativas de usar conceitos kantianos para admitir a eutanásia voluntária, creio que Kant seria inegavelmente contrário a esta, e para defendê-la teríamos que ir além da matriz kantiana. Poderíamos também dizer que se trata de um argumento ingênuo, já que não há nenhuma prova de que o objetivo do amor próprio (ou do sentimento do amor próprio) é a conservação da vida. Eu também estou de acordo com esta crítica, de fato não há como provar esta postulação kantiana. Mas penso que este não é o fim da estória, e faço aos leitores um convite para que possamos refletir para além do óbvio. É inegável que um mundo no qual todos seres humanos cometessem suicídio (por amor próprio ou não) significaria a nossa extinção, mas parece que Kant tem um ponto adicional aqui: há um limite para o nosso amor próprio, e este não pode promover a destruição da espécie humana. Creio que o exemplo Kantiano do dever que temos de não cometer suicídio por amor próprio, com todos os problemas que ele possa ter, nos convida a refletir sobre o compromisso que devemos ter com a humanidade e com a preservação da vida na Terra, e penso que hoje no século XXI, quando vários riscos existenciais nos ameaçam, a maioria deles por nossa culpa, como o aquecimento global, o colapso civilizacional, as

guerras mundiais com uso de armas de destruição de massa, essa reflexão sobre suicídio, agora não apenas do ponto de vista individual, mas o suicídio da nossa própria espécie, por colocar nossos interesses pessoais acima de qualquer coisa, conduzindo a auto-extinção, é absolutamente imprescindível e mais atual do que nunca.

A proposta, então, que trago neste artigo, através da discussão dos quatro clássicos exemplos kantianos de deveres na *Fundamentação*, é a de que resgatemos a ideia de dever em Kant e repensemos e atualizemos os deveres kantianos, mostrando o quanto eles ainda são e podem ser, uma vez repaginados, cada vez mais necessários e aplicáveis à sociedade contemporânea, no ano que se comemora os 300 anos de seu nascimento. A democracia no mundo contemporâneo está ameaçada pelo fascismo e seus métodos de manipulação e desinformação, como a propagação de *fake news*, bem como a propagação do egoísmo, do individualismo e do descompromisso com os “outros”, especialmente os mais vulneráveis, e na destruição de políticas públicas de proteção social e no desmonte do Estado. A desigualdade social aumenta assustadoramente no século XXI, com os pouquíssimos bilionários do mundo acumulando mais riqueza do que 60% da população mundial⁸. Assim é que o dever de veracidade e o dever de solidariedade Kantianos se tornam cada vez mais atuais. Ao mesmo tempo, em um mundo ameaçado pelo aquecimento Global, o próprio planeta Terra, que é o habitat de várias formas de vida, está em risco, e junto com ele nossa espécie se depara com riscos existenciais de diversas ordens, muitos deles causados por nós, humanos, e nossas atitudes auto destrutivas e de certa forma suicidas, quando pensamos do ponto de vista da espécie e da manutenção da vida. Isto nos remete ao dever Kantiano de

⁷ Oxfam *Time to Care* (2020) disponível em [Time to care | Oxfam International](#)

não cometer suicídio por amor próprio e ao dever de desenvolver nossos talentos, sendo este último dever baseado na finalidade que é ao mesmo tempo um dever, que é o dever de aperfeiçoarmos a nós próprios, inclusive do ponto de vista moral.

Assim é que a idéia kantiana de dever, e alguns dos deveres enunciados por ele, estão mais atuais do que nunca. Nietzsche anunciou a morte de Deus em 1882 e creio que muitos estão tentados a anunciar, hodiernamente, a morte do Dever, em uma sociedade cada vez mais egocêntrica, individualista e adoecida. Muitos já abandonaram há muito a idéia do dever. Outros não reconheceriam no homem contemporâneo o mesmo respeito a idéia do Dever e a mesma unanimidade no reconhecimento dos quatro deveres fundamentais apontados por Kant no século XVIII na Fundamentação, e muito provavelmente estão certos. Mas não se enganem: o Dever não morreu e não morrerá enquanto houver seres humanos habitando sob o céu estrelado acima de nós. O Dever vive e a prova disto está em todos aqueles que resistem, em todos aqueles que, mesmo contra seu tempo e seu meio, insistem em agir honestamente. Estas e estes, hoje, talvez até não sejam muitos, mas aprenderam a voar, e voam⁹

Referências¹⁰

⁸ Esta é uma alusão a música Pavão Misterioso de Ednardo cujo último verso nos diz: Pavão misterioso, pássaro formoso/Um conde raivoso não tarda a chegar/Não temas minha donzela/Nossa sorte nessa guerra/Eles são muitos, mas não podem voar

⁹ Uso neste ensaio filosófico as traduções de Quintela, Philonenko e Tricot para homenagear, na figura destes, todos aqueles que se dedicam e este árduo e importantíssimo trabalho que é a tradução de livros clássicos da filosofia. Foi através do trabalho minucioso destes Mestres que tive, e muitos da minha geração

ARISTÓTELES *Metaphysique*(Paris: Vrin, 1986) Trad. J. Tricot

KANT, I *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Trad de Paulo Quintela (São Paulo: Abril Cultural, Os Pensadores, 1984)

KANT ,I *Metaphysique des Meurs – Doctrine de La Vertu* , Trad A. Philonenko (Paris: Vrin, 1968)

OXFAM Time to Care (2020) disponível em Time to Care: Unpaid and underpaid care work and the global inequality crisis (openrepository.com)

(Submissão: 15/01/24. Aceite: 29/02/24)

tiveram, o primeiro contato, nos tempos da graduação em filosofia, no século passado, com a Fundamentação da Metafísica dos Costumes e a Metafísica dos Costumes/Doutrina da Virtude de Kant, e com a Metafísica de Aristóteles.